



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL INVESTIGA 232 ÁREAS DEGRADADAS E NÃO RECUPERADAS NO ESTADO



ACESSE
Confira a reportagem completa no site do Gazeta Online, com galerias de fotos e vídeos com depoimentos. leia.ag/caminhodaspedras

REPORTAGEM **PATRIK CAMPOREZ**
pmacao@redgazeta.com.br

FOTOGRAFIA **MARCELO PREST**
mprest@redgazeta.com.br

DIAGRAMAÇÃO **ADRIANA RIOS E EDSON DE MELO**

O mármore e o granito que saem do maior polo de rochas do país, o capixaba, são conhecidos em todo o mundo por suas cores e elegância. Mas há um lado clandestino e irregular nessa cadeia, que deixa, ao longo do território capixaba, um inegável rastro de destruição do meio ambiente e vítimas. Só o Ministério Público Federal (MPF) investiga 232 áreas abandonadas, degradadas e não recuperadas pelo setor de mineração. Em localidades como Alto Gironda, em Vargem Alta, no Sul, e Vila Paulista, em Barra de São Francisco, no Norte, flagramos imensas crateras que não receberam a devida recuperação ambiental. Até maquinários pesados ultrapassados são deixados para trás quando a extração deixa de ser realizada. “Quando se encerra o empreendimento, o empresário é obrigado a apresentar um projeto de recuperação ambiental. Não pode abandonar os blocos. O equipamento que envelheceu não pode ficar abandonado”, explica a diretora-presidente do Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema), Andreia Carvalho,

que acrescenta: “Deixar crescer mato não é uma recuperação efetiva”.

Na localidade de Alto Moledo, em Cachoeiro de Itapemirim, por exemplo, dois empresários foram autuados pela extração de calcita em área pertencente à União. Não portavam título minerário do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), nem Licença de Operação (LO) do Iema. Em Córrego do Ouro, Barra de São Francisco, a destruição de áreas da União também vem sendo denunciada desde 2007 pelo MPF. Na ocasião, a Justiça Federal chegou a condenar o DNPM e o Iema por omissão na fiscalização. Em ações recentes, o MPF também alega que a atuação do Iema no setor tem sido insuficiente. Por outro lado, o instituto diz que tem feito uma média de 60 autuações ou atos de interdição todos os anos. “A atividade minerária é, por si só, de significativo impacto. Mas é economicamente importante para o Estado. Então, trabalhamos com licenciamento, no qual estabelecemos condicionantes ambientais para minimizar os impactos ao meio ambiente e às comunidades”, completa Andreia. Segundo o MPF, está em andamento, no âmbito da Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, o Projeto Mineração Legal (PML). A iniciativa foi motivada pela preocupação dos efeitos ambien-

tais provocados pelo desenvolvimento da mineração no Brasil, notadamente pela existência de áreas abandonadas, degradadas e não recuperadas. “Apesar da Legislação prever a elaboração de Planos de Recuperação de Áreas Degradadas, as políticas públicas possuem deficiências normativas e administrativas que dificultam o êxito na proteção e recuperação do ambiente”, diz o MPF.

Acompanhamos duas ações, da Polícia Militar Ambiental (PMA) e do Ibama, no mês de dezembro. Presenciamos clareiras abertas em meio a matas fechadas, onde a extração era feita de forma totalmente clandestina. A polícia tem dificuldade para chegar a esses locais, que geralmente ficam em grotões cercados por vigilantes. “Isso aqui parece um queijo suíço, é uma região toda perfurada”, admite o policial que conduziu a operação em Alto Moledo. Nem mesmo pontos turísticos, como a Pedra do Elefante, em Nova Venécia, são poupados da destruição, o que fez a Associação Capixaba de Escaladores denunciar a destruição de pontos turísticos no Estado. “Em metade das pedreiras, encontramos irregularidade”, alerta o agente do Ibama, Davi Belfoschoff. Em levantamento feito a pedido de A GAZETA, a PMA diz que encontrou irregularidades em 122 áreas de extração mineral, entre 2014 e 2016.

SETOR DIZ QUE EVOLUIU EM 10 ANOS

“É fundamental esclarecer que o Sindirochas não compactua com a exploração mineral e nem com qualquer atividade empresarial ligada ao setor que não seja sustentável e regular, em qualquer aspecto, econômico ou ambiental”, afirma o sindicato das empresas que atuam no setor. A entidade enfatiza que, nos últimos dez anos, o setor evoluiu de forma significativa no atendimento aos órgãos ambientais. Um exemplo foi o surgimento de associações por todo o Estado que criaram aterros para a destinação final dos resíduos de beneficiamento, pontua o Sindirochas, acrescentando que também promove eventos, “levando informações e atualidades em matéria ambiental, no intuito de conscientizar seus associados e a população.”



Agente do Ibama encontra área onde resíduos de pedra são escoados para córregos, no Sul. A GAZETA acompanhou a ação

PORTEIRAS E CADEADOS

Para encontrar pedreiras clandestinas no interior do Estado, o agente federal do Ibama precisa quebrar cadeados e derrubar portei- ras. Quando chega à área de exploração, os trabalhadores já abandonaram o local, por ordem dos donos. Blocos de pedra, marteletes, máquinas e material explosivos são deixados para trás. Há 35 anos atuando como agente ambiental federal do Ibama, Davi Belfoschoff já participou do fechamento ou da autuação de mais de 100 pedreiras clandestinas. Descobriu devastação em matas fechadas e até de córregos e

nascentes. “Aos poucos a gente vê que o empresário vai aprendendo, mas essa é uma atividade que não tem jeito”, argumenta. Na sede do Ibama em Cachoeiro de Itapemirim, uma pilha com centenas de processos contra empresas de mineração chama nossa atenção: 300 marteletes alvos de apreensão, além de geradores de energia e apetrechos usados pedreiras, apreendidos no quintal do órgão, também dão a dimensão do índice de irregularidades encontrado no setor. O órgão também realiza operação no Norte do Estado.